

## Democracia deliberativa e vigilância electrónica: da participação ao panóptico cibernético

Hélder Prior

*Laboratory of Online Communication, Observatorio Iberoamericano de la Comunicación, Portugal*

E-mail: [helder.prior@gmail.com](mailto:helder.prior@gmail.com)

### Resumo

A democracia deliberativa está, na era hodierna, muito próxima do que se convencionou chamar “ciberdemocracia” num paradigma que altera, consequentemente, as relações entre a política, a participação democrática e a comunicação. Como não é, actualmente, possível discutir questões relacionadas com a cidadania e com os processos de comunicação política sem fazer referência às estruturas tecnológicas que potenciam o debate público, torna-se importante discutir a pre-

sença da microelectrónica na lógica de funcionamento dos processos actuais de comunicação. Deste modo, propomo-nos analisar três consequências fundamentais da presença da microelectrónica nas sociedades contemporâneas: a primeira tem que ver com a alteração na estrutura institucional da comunicação de tipo não relacional; a segunda diz respeito às mudanças no espaço deliberativo; a terceira refere-se, especificamente, à intensificação da vigilância electrónica.

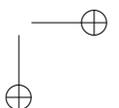
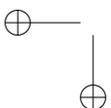
Palavras chave: cultura e tecnologia, participação democrática, vigilância electrónica

### **Digital democracy and Surveillance Society: Considerations about the new *panopticon***

#### Abstract

Nowadays, it is not possible to discuss questions about citizenship and communication policy without mentioning the technological structures that enhance the public debate. Through this way of thinking, it is important to include the Inter-

net in the set of stages which contribute to give the public sphere a higher coverage. In the current model of network communication, citizens are no longer only spectators in the arenas of public discussion, but active participants in a process



that disrupts the traditional paradigm broadcast (media) – receiver (hearing). In the period of communication for the masses, the public sphere was controlled by agents of the media system who conditioned the subjects of public discussion, due to a rigorous selection over what should reach the public and what the public should retain. However, something profound has changed the relationships between politics, citizenship and communication. In the recent model of «mass-

self-communication», the citizens no longer «have to ask permission» to «gatekeepers» to have direct access to the debate and to the decisions around common causes. Indeed, in cyberspace hierarchies vanish in favor of a decentralized and open communication. But, there's always a price to pay. Ironically, the technologies that increase the citizenship are the same which intensify the electronic eye and the panopticon surveillance society.

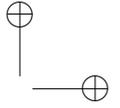
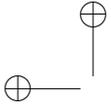
Keywords: “mass self communication”, citizenship, electronic surveillance

**P**ARECE-NOS apropriado iniciar o debate sobre os processos de comunicação e deliberação, especificamente no que diz respeito a um novo modelo de participação no processo democrático – a democracia deliberativa –, por aquela que talvez seja a principal razão que conduziu à desconfiança sobre o modelo da democracia liberal e representativa. Num ensaio intitulado *O Segredo e o problema da Esfera Pública*, e após uma longa exposição sobre os interesses esotéricos de quem está por detrás do funcionamento do sistema dos partidos políticos, referi que o segredo no interior dos grupos políticos mais ou menos organizados ajuda a encobrir o *Krathos* da «representação de interesses» e o avesso da «representação política» e do «mandato livre» (Prior, 2011, p. 210). Como a democracia representativa se vê atrofiada e limitada pelo confronto entre interesses privados, ou pela negociação de interesses, para me socorrer das palavras de Habermas no seu trabalho de doutoramento sobre a esfera pública, surgiram, nas últimas décadas, algumas dúvidas em relação ao funcionamento do sistema democrático. Ora, é neste contexto que surge a democracia deliberativa, um modelo que não só não exclui os cidadãos do processo de tomada de decisão, como se baseia no intercâmbio de posições e argumentos entre todos os envolvidos no processo democrático. Assim, o diálogo e o debate argumentativo são elementos fundamentais de um modelo que redundará numa cidadania mais activa na tomada das decisões que dizem respeito ao bem comum. Como a deliberação conjunta se orienta para o benefício dos interesses gerais em detrimento dos interesses parciais,

a democracia deliberativa será o sistema que melhor articula a representação política com o exercício de um espírito participativo que se *funda* na vontade dos cidadãos. Se, como defende Péricles, «não é o debate que é empecilho à acção, e sim o facto de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da acção» (Tucídides, 1987, pp. 98-99), a democracia deliberativa, ou discursiva, deve avançar propostas que se inscrevem ao nível de uma *praxis* democrática direccionada, no sentido kantiano, para o «uso público da razão». Com efeito, a busca de um *consenso*, plataforma essencial na tomada de decisões políticas democráticas, apenas se torna possível mediante a pública discussão que legitima a decisão sobre assuntos que dizem respeito à *res* pública. Neste sentido, as decisões políticas devem assentar num processo racional que resulta num *consenso* alcançado comunicativamente. Por conseguinte, o «entendimento», que Habermas define como processo de obtenção de um acordo entre sujeitos, linguística e interactivamente competentes (cf. Habermas, 1989) será a base de tal praxeologia política. Segundo a perspectiva habermasiana, o «agir comunicacional», característico do *mundo da vida*, funda-se numa «ética discursiva» que permite não só questionar a acção meramente estratégica e teleológica do sistema político, como também vincular os cidadãos às decisões políticas. Contudo, a democracia deliberativa está, nos dias de hoje, muito próxima do que se convencionou chamar «democracia digital» num paradigma que altera, conseqüentemente, as relações entre política, participação democrática e comunicação. Como não é, actualmente, possível discutir questões relacionadas com a cidadania e com os processos de comunicação política sem fazer referência às estruturas tecnológicas que potenciam o debate público, torna-se importante discutir a presença da microelectrónica na lógica de funcionamento dos processos actuais de comunicação. Deste modo, propomo-nos analisar três conseqüências fundamentais da presença da microelectrónica nas sociedades contemporâneas: a primeira tem que ver com a alteração na estrutura institucional da comunicação de tipo não relacional; a segunda diz respeito às mutações no espaço deliberativo; a terceira refere-se, especificamente, à intensificação da vigilância electrónica.

Efectivamente, a retórica à volta dos *media* electrónicos incorpora, como ressaltou Dennis McQuail, uma descentralização dos processos de comunicação que rompe com o paradigma tradicional emissor (*media*) – receptor (audiência) (McQuail, 2003, p. 140). Na época da comunicação para as massas, a esfera pública era controlada pelos agentes do sistema mediático que condi-

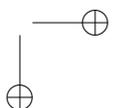
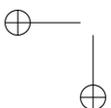
cionavam os temas de discussão pública, procedendo a uma selecção rigorosa sobre o que deveria chegar ao público e sobre o que o público deveria reter. Porém, a actual «mass self communication» rompe com o paradigma tradicional denominado de «gatekeeping», sobretudo porque permite aos cidadãos o acesso a novas formas de comunicar e debater num processo de mobilização e participação em torno de causas comuns. Segundo o sociólogo Manuel Castells, a «mass self communication», ou comunicação individual de massas, refere-se à afirmação do indivíduo no seio de uma determinada massa, isto é, é um tipo de comunicação que se «produz dentro do cérebro de consumidores individuais que interagem socialmente» (Castells, 2009, p. 88). É comunicação de massas porque potencialmente pode chegar a uma audiência global; é comunicação individual porque é o próprio sujeito que selecciona o conteúdo concreto da mensagem, escapando à função de controlo exercida pelos «gatekeepers» ou agentes mediáticos. Ora, ao romper com os processos de comunicação de tipo vertical, uma comunicação que parte de um centro emissor, a «mass self communication» tem a vantagem de definir, de forma precisa, as implicações da comunicação em Rede. Agora, cada indivíduo pode, dispensando a mediação jornalística, aceder à esfera pública, condicionar as agendas mediáticas e os temas de discussão e interagir nas redes locais e globais da comunicação digital que caracteriza a sociedade em Rede. Como a noção de *ciberdemocracia* pressupõe um acesso directo e ilimitado ao conhecimento e à discussão pública, quer o sujeito individual quer o próprio sistema político encontraram forma de comunicar directamente com o público evitando, com efeito, a leitura jornalística na hora de (re)produzir o conteúdo que interessa transmitir. A alteração tecnológica veio, assim, modificar progressivamente a forma de estabelecimento do debate na esfera pública, permitindo, sobretudo, a proliferação de visões alternativas que gozam de relativa independência face a palcos mais ou menos institucionalizados. Neste ponto, assistimos a uma transformação na estrutura institucional da comunicação e dos *media* tradicionais, sobretudo porque a «mass self communication» se refere, literalmente, à afirmação do sujeito no interior de uma determinada massa. Com efeito, a digitalização da comunicação característica da sociedade em Rede, apoiada no modelo comunicacional descrito por Castells, um modelo cuja comunicação interpessoal, a comunicação de massas e a comunicação individual de massas interagem e se complementam, alterou, como não poderia deixar de ser, os processos e as estratégias da comunicação política. Daí que o próprio Castells

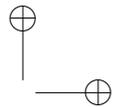


tenha afirmado que a «mass self communication» foi um dos elementos fulcrais para a vitória de Barack Obama nas Presidências americanas de 2008. Com a descentralização dos processos de comunicação, os actores políticos podem agora interagir com o público atento e este pode fazer chegar à esfera política, ou esfera «formal» nas palavras de Habermas, as suas opiniões e disposições sobre a gestão da república. Estas novas «arenas» de discussão e de debate podem, ao interagir com os corpos políticos programados para deliberar, resultar na formação racional da opinião sobre matérias que necessitem de ser reguladas. Todavia, e como a discussão democrática em rede não se deve esgotar nos debates virtuais e na individualização de um público ligado pela tecnologia, o poder «comunicativamente produzido» deve ser transformado em acções reais ou, como refere Habermas, «transformado em poder administrativamente utilizável».

### **Do panopticon de Bentham ao panopticon cibernético**

Não obstante, há um ponto que convém sublinhar. As transformações que temos vindo a referir alteram não só as relações sociais como, também, as relações de poder que são inerentes à evolução do próprio sistema da comunicação. Enquanto os cidadãos utilizam os novos dispositivos tecnológicos para participar na esfera pública, a privacidade cede perante um sistema de intercâmbio digital que facilmente se converte em poder de controlo. Convém, portanto, analisar as repercussões inerentes ao avanço das novas tecnologias, ainda que tal análise convide ao exercício de algumas especulações sobre o retorno de uma certa ubiquidade do poder. Neste ponto, a imagem do panóptico de Jeremy Bentham serve-nos de metáfora. Actualmente, a sociedade de vigilância é um caso paradigmático da interacção entre tecnologia e sociedade, não tanto no que se refere a um aspecto da luta entre o trabalho e o capital, como decorre da análise de Karl Marx, quanto no que se refere ao armazenamento e recuperação de dados em forma de arquivos – praxis da burocracia assinalada por Max Weber -, e também, no que diz respeito às dimensões particulares da vida social moldadas pela adaptação das tecnologias da informação. Como o funcionamento das tecnologias aumenta, consideravelmente, a «transparência do sujeito», a actividade dos computadores e a actividade das telecomunicações permite um desenvolvimento considerável

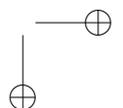
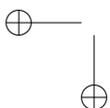


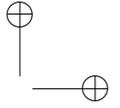
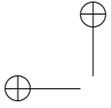


das capacidades de vigilância (cf. Lyon, 1995, pp. 81-82). Efectivamente, os dispositivos electrónicos facilitam, quer a aquisição de conhecimentos, quer, sobretudo, o armazenamento e processamento de dados. Tal processamento de dados permite, mediante um processo acumulativo, cruzar a informação armazenada com novos dados implicados num processo de ampliação de conhecimento que parece alimentar-se a si próprio. Com efeito, as bases de dados apresentam-se como um elemento crucial do funcionamento dos serviços de inteligência, visto que quanto maior e mais detalhada for uma base de dados, maior é a sua capacidade de extracção de informação, aumentando as possibilidades de chegar a novos dados ou novos indícios. Geralmente, a lógica do funcionamento das bases de dados obedece ao princípio da comercialização e recolha de informação de forma relativamente aberta e consentida pelos consumidores, mas isso não implica que não exista uma certa semelhança entre o funcionamento das bases de dados de empresas privadas ou públicas e o funcionamento paralelo dos serviços de inteligência. Efectivamente, tanto um processo como o outro permite o acesso a um certo tipo de informação pessoal sobre os cidadãos que foi recolhida em função de um uso específico; tanto um processo como outro se baseia no pressuposto de que tal informação é valiosa e «constitui um certo *poder*». Como, sobre este ponto, explica Reg Whitaker:

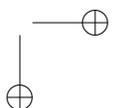
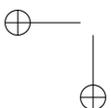
O modelo centralizado e secreto foi em parte substituído pelo modelo descentralizado e comercial, embora ambos funcionem em paralelo, utilizando as mesmas tecnologias, mas de forma algo diferente. No entanto, existem importantes semelhanças. Quer sejam públicas ou privadas, governamentais ou empresariais, as bases de dados contêm geralmente informação que pode ser interpretada por máquinas e que está conectada a uma rede, sendo que tais dados foram recolhidos em função de um ou de ambos destes objectivos gerais: *a)* avaliação e exclusão do risco; e *b)* identificação do consumidor e sua inclusão. (Whitaker, 1999, pp. 153-154)

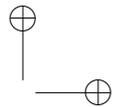
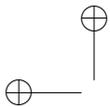
Ora, a concentração e processamento da informação recolhida e armazenada em bases de dados cada vez mais amplas corresponde, como vimos, a uma característica transversal quer às empresas, quer ao próprio sistema político. Deste modo, e apesar de actualmente a vigilância corresponder a uma dinâmica multi-direccional e descentralizada, as bases de dados, ao permitirem a recolha e o cruzamento da informação organizada em rede, formam um sistema funcional mais ou menos unificado. De referir que, na maior parte





dos casos, a informação é disponibilizada pelos cidadãos de forma consentida mediante o preenchimento de questionários comerciais que permitem identificar as preferências e o estilo de vida do consumidor. Tais estudos de mercado, ao gerirem os riscos empresariais, facilitam a selecção do público-alvo. Contudo, algumas informações adquirem um carácter obrigatório, como é o caso das informações prestadas ao sistema tributário, ao ponto de poderem ser comprovadas nas bases de dados governamentais. Tanto num caso como noutra, a eliminação do risco apresenta-se como objectivo crucial e comumente partilhado. Ora, é indubitável que as novas tecnologias têm permitido a criação de plataformas de interacção e debate que potenciam as nossas capacidades e aumentam, exponencialmente, o acesso ao conhecimento. Porém, é precisamente aquilo que permite o estabelecimento de uma comunicação sem barreiras espaciais e o acesso facilitado ao conhecimento, serviços e comércio, que nos torna mais vulneráveis à vigilância electrónica. «Os dois aspectos são inseparáveis. (...) Navegar na Rede permite que contactemos com pessoas de todo o mundo, mas também pode significar que as nossas comunicações sejam interceptadas por terceiros que, ao mesmo tempo, nos localizam e identificam» (Whitaker, 1999, p. 129). No que se refere a este quadro conceptual de acção orientado para a vigilância, é importante incluir o funcionamento do correio electrónico (*e-mail*) no conjunto dos mecanismos sistémicos de interceptação de dados. O *junk mail*, termo utilizado a partir do momento em que os computadores começaram a gerar listas de correio electrónico, é um exemplo que reflecte a vigilância exercida sobre os consumidores. Os anúncios personalizados que diariamente recebemos na nossa caixa de *e-mail* resultam de um conjunto de instrumentos tecnológicos que as empresas dispõem para se dirigirem aos potenciais consumidores. Como as sociedades actuais se encontram numa fase avançada do «capitalismo de consumo», a ordem social mantém-se estimulando e canalizando os consumidores para formas de integração que se articulam com o mercado. Empresas de marketing como a CCN, uma companhia britânica que se dedica ao cruzamento de dados com base no correio electrónico, armazena os dados de mais de 43 milhões de pessoas e mais de 30 milhões de unidades de informação financeira. (Lyon, 1995, p. 194). A vigilância comercial é claramente uma das estratégias das empresas comerciais e, ao mesmo tempo, uma extensão da vigilância capitalista que, actualmente, vai além da vigilância no lugar de trabalho. O poder do «capital» vincula-se, assim, ao controlo do consumidor numa situação de poder onde o conheci-

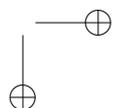
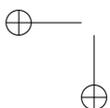


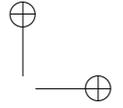
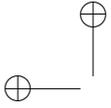


mento do consumidor é transformado em poder e em «capital». Esta indústria de dados comerciais recolhe informações que, apesar de não terem uma aparente relação entre si, permitem cruzar informação pessoal que inclui nomes, endereços, números de telefone, preferências de consumo e até remunerações individuais e familiares que se cruzam mediante *mainframes* de acesso online. Por conseguinte, o funcionamento cada vez mais complexo das bases de dados aumenta o «transparência do sujeito». Os cidadãos, os trabalhadores e os consumidores são agora mais visíveis para os vigilantes invisíveis que os submetem a um controlo cada vez mais constante e imperceptível. Por outro lado, o correio electrónico é uma das ferramentas mais utilizadas na comunicação interpessoal, mas tal não significa que a instantaneidade no acesso à comunicação mediatizada seja proporcional à garantia de segurança das comunicações estabelecidas. Como os servidores de *e-mail* têm a capacidade de arquivar «todas as entradas e saídas de correio electrónico» (cf. Whitaker, 1999, p. 133) em caso de interceptação, tanto o emissor como o receptor da mensagem podem ser facilmente localizados através da direcção de correio electrónico, facto que aumenta a vulnerabilidade do sistema. Se, como sugere Whitaker, «parece inevitável que os governos, os empresários e outros organismos públicos e privados interceptem e controlem o correio electrónico» (1999, p. 134), qual será a forma de procurar garantir um maior sigilo e privacidade nas comunicações à distância? A resposta implica, forçosamente, o recurso ao campo da *criptografia* e da *criptoanálise*. O nome provém do grego *kryptós*, que significa «escondido», e *gráphein*, que significa «escrita», e refere-se à aplicação de técnicas matemáticas que possibilitam que o conteúdo de uma mensagem se torne legível apenas para o destinatário da mesma. Não admira, portanto, que o conceito seja bastante familiar aos serviços de inteligência dos Estados, sobretudo porque consiste numa das mais avançadas técnicas de espionagem. Como, a este propósito, acrescenta Wayne Madsen:

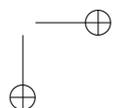
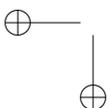
(...) A Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América (NSA) manteve durante anos um acordo secreto com a Crypto AG, uma empresa suíça que vende tecnologia de ponta em criptografia a diversos países e organizações comerciais, permitindo à NSA e aos serviços de inteligência que com ela colaboram um acesso completo a comunicações supostamente secretas. (Madsen, 1998)

De modo geral, podem ser identificadas duas formas de *criptografia*, uma simétrica e outra assimétrica. No caso da *criptografia* simétrica só existe uma





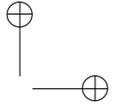
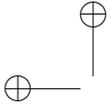
cifra, ou seja, tanto o emissor como o receptor da mensagem usam a mesma palavra-chave para decodificar a mensagem. Já no caso da *criptografia* assimétrica, recorre-se à combinação de duas palavras-chave relacionadas, uma pública e outra privada, permitindo que só os receptores da mensagem encriptada possam decodificar o seu conteúdo. A chave pública pode estar difundida entre muitos e permite que a encriptação da informação só possa ser decifrada pelo detentor da chave privada. A chave privada, como o próprio nome sugere, é exclusivamente do conhecimento da entidade que a gerou, sendo que a cifra nunca é distribuída. Ambas funcionam como algoritmos matemáticos que servem para encriptar informação, já que qualquer informação encriptada pela chave pública, apenas pode ser descriptada pela chave privada correspondente. Actualmente, existem alguns programas no mercado que têm possibilitado uma espécie de democratização da encriptação. Segundo Whitaker, o mais conhecido é o *Pretty Good Privacy*, um sistema de 128 bits, extremamente complexo, que assegura a intimidade das comunicações e que se insere no conjunto das novas técnicas de contra-espionagem e contra-vigilância. Ora, é precisamente nesta lógica de digitalização que se enquadra a leitura proposta por Gilles Deleuze acerca do funcionamento das «sociedades de controlo». As «velhas disciplinas», que tinham nos «grandes meios de encerramento» a concentração do poder, foram, progressivamente, substituídas por uma lógica «ondulatória» que tem, na figura da «serpente», a sua mais perfeita analogia. Enquanto as sociedades disciplinares são reguladas por «palavras de ordem», mormente pela «assinatura» que indica o *indivíduo*, e pelo «número» ou matrícula» que indica a sua posição numa determinada *massa*, «nas sociedades de controlo, pelo contrário, o essencial já não é uma assinatura nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma *palavrapasse*, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por *palavras de ordem* (tanto do ponto de vista da integração como da resistência), (Deleuze, 2003, p. 242). Efectivamente, Michel Foucault situou as sociedades disciplinares como modelo sucessor das «sociedades de soberania», aquelas sociedades que mais do que gerar a vida, centravam o seu poder nos critérios de decisão da morte. As sociedades disciplinares, com efeito, referem-se aos grandes meios de encerramento, respeitando um modelo hierárquico onde se intensificam e «concentram todas as tecnologias coercitivas de comportamento» (Foucault, 2009, p. 300). Respeitam uma multiplicidade de processos e técnicas «minuciosas» que resultam numa «anatomia política», de localiza-



ção disseminada, e numa certa «microfísica do poder». Segundo Foucault, o corpo é objecto de controlo, de um controlo social que lhe impõe coacções, interdições e obrigações, respeitando uma eficácia e economia do movimento e dos processos de actividade. Nas palavras do autor: «a estes métodos que permitem o controlo minucioso das operações do corpo e que garantem a sujeição constante das suas forças, impondo-lhes uma relação de docilidade-utilidade, é o que se pode chamar de “disciplinas”» (Foucault, 2009, p.141). Foucault considera que o momento histórico do aparecimento das «disciplinas» coincide com o nascimento de uma arte do corpo humano que não se centra, apenas, nem no aumento das suas habilidades nem, tampouco, no aumento dos processos de sujeição, mas antes no estabelecimento de um vínculo proporcional entre obediência e utilidade. Esta «política de coerção» assenta num processo de trabalho sobre o corpo que tem como objectivo o controlo dos seus movimentos mediante procedimentos mecânicos de extracção orgânica. «O corpo humano entra num mecanismo do poder que o explora, o desarticula e o recompõe» (Foucault, 2009, p.141). Mais que aprisionar o corpo, esta «anatomia política» visa uma maior rapidez e eficácia dos processos operativos não, apenas, para que o corpo faça aquilo que se deseja, mas, sobretudo, «para que opere como se pretende». Vejamos a explicação do autor:

A disciplina fabrica corpos submetidos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos de utilidade económica) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Numa palavra: dissocia o poder do corpo; por um lado, faz desse poder uma “aptidão”, uma capacidade que procura aumentar, por outro troca a energia, a potência que daí poderia resultar e converte-a numa relação de estrita sujeição. Se a exploração económica separa a força e o produto do trabalho, podemos dizer que a coerção da disciplina estabelece no corpo um vínculo de coacção entre uma aptidão aumentada e uma dominação acrescentada (Foucault, 2009, pp. 141-142).

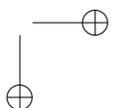
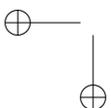
Na sua análise sobre os meios de encerramento, Foucault considerou a «disciplina» como uma «anatomia política do detalhe». Uma prática minuciosa que tem na análise das «pequenas coisas» um procedimento elementar no controlo e utilização de homens. Nos grandes meios de encerramento, os indivíduos são distribuídos no espaço de forma a deles se extrair o máximo benefício, de saber onde e como os encontrar, de interromper contactos contra-productentes, de vigiar cada instante, de vigiar qualquer conduta, de a

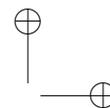


apreciar ou sancionar. Trata-se de técnicas que permitem conhecer para dominar e dominar para utilizar, extraindo daí o máximo proveito. Também neste ponto, o aproveitamento do tempo constitui um factor crucial. A correlação entre corpo e gesto é condição de eficácia e rapidez num processo onde «o bom uso do corpo» permite um melhor aproveitamento do tempo.

Foucault analisou muito bem o projecto ideal dos meios de encerramento, particularmente visível na fábrica: concentrar, repartir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares (Deleuze, 2003, p. 239).

A técnica do encerramento é, segundo Foucault, visível em instituições como a escola, a fábrica ou o hospital. Contudo, é a prisão que constitui, particularmente, o modelo de encerramento por excelência. Nos grandes meios de encerramento assiste-se a uma perfeita correlação entre a vigilância e a técnicas arquitectónicas que possibilitam essa mesma vigilância. O *Panóptico* de Jeremy Bentham, com efeito, é a figura arquitectónica que permite esta correlação. Uma metáfora que vale tanto para as prisões como para as escolas, hospitais, fábricas ou até lugares de correcção. Obedece a uma composição arquitectónica muito simples: na periferia, uma construção em forma de anel; no centro, uma torre central com janelas largas que se abrem para o interior do anel. A construção periférica está dividida em celas que atravessam toda a largura do edifício. Cada cela tem duas janelas, uma que dá para o interior do edifício, correspondente às janelas da torre central, e outra, que dá para o exterior, e que permite que a luz atravessasse a cela de um lado ao outro. Basta colocar um vigilante na torre central e fechar em cada cela um louco, um doente, um condenado, um operário ou um aluno. Devido ao efeito da luz, pode controlar-se, da torre central, qualquer gesto efectuado nas celas da periferia. É, deste modo, que o vigilante consegue ver sem, no entanto, ser visto. É, assim, que a «visibilidade se transforma numa armadilha». Por conseguinte, a máquina panóptica torna possível um estado de visibilidade permanente, garantindo, de certa forma, o «funcionamento automático do poder». Como o recluso nunca sabe se está a ser espiado, deve partir do princípio de que pode estar a ser espiado, sobretudo porque experimenta um estado de contínua visibilidade. O controlo alcança-se pela sensação constante de presença de um olho invisível. A moral reformada, a saúde preservada, a instrução difundida, as cargas públicas aliviadas, tudo mediante uma simples ideia arquitectónica. Quanto mais os indivíduos a quem interessa inspeccionar se en-

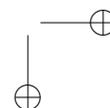
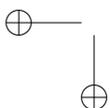


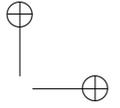
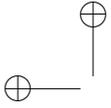


contrem à mercê dos olhos dos indivíduos que devem inspeccionar, ou, pelo menos, quanto melhor se causar tal impressão, mais facilmente o modelo se aproxima da ubiquidade divina. O panóptico, ou «lugar de onde tudo se vê», fábrica, deste modo, «efeitos homogêneos de poder». Apesar da genialidade da análise proposta por Foucault, o autor tinha consciência da brevidade do modelo dos grandes meios de encerramento. As disciplinas, perante o aparecimento de «máquinas de uma terceira espécie», conheceriam uma crise que levou ao advento de um novo tipo de sociedade. Como, sobre este ponto, afirma Deleuze:

Estamos numa crise generalizada de todos os meios de encerramento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um “interior”, em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional, etc. Os ministros competentes não têm parado de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, as forças armadas, a prisão; mas toda a gente sabe que estas instituições estão a acabar, a mais longo ou mais curto prazo. Trata-se apenas de gerir a sua agonia e de ocupar as pessoas, até à instalação das novas forças que batem já à porta. São as *sociedades de controlo* que estão em vias de substituir as sociedades disciplinares (Deleuze, 2003, p. 240).

Nas sociedades de controlo já não estamos na presença do par «massa-indivíduo». Já não é o número ou a matrícula que indica a posição do indivíduo numa determinada massa, até porque os indivíduos transformaram-se em seres «dividuais», em elementos divisíveis, e as massas, por outro lado, em «dados» ou «amostras» que, como vimos, permitem a gestão e eliminação do risco. Trata-se, segundo Deleuze, de uma «mutação do capitalismo», de um capitalismo que já não se centra na busca da *mais-valia* pela lógica consequente da maximização das vendas e da diminuição dos custos inerentes à produção, mas no *marketing*. «É um capitalismo de sobreprodução. (...) O que quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações» (Deleuze, 2003, p. 240). Neste sistema «dispersivo» onde a «fábrica cedeu o seu lugar à empresa», o marketing transforma-se em instrumento de controlo cuja «linguagem numérica» é a cifra. A mesma cifra que «referencia» a posição de cada indivíduo, os seus gostos, as suas preferências, as suas visitas virtuais, o seu estado ondulatório ou, inclusive, o seu próprio estado de espírito. A localização dos indivíduos no espaço e no tempo, bem como a coordenação das suas actividades, depende da interacção do ser humano com máquinas que, para-

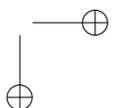
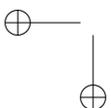




doxalmente, são cada vez mais autónomas. «A nova vigilância está aí, sem golpes de Estado nem revoluções» (Lyon, 1995, p. 82). Neste novo marco do capitalismo, onde o «marketing inteligente» ganha cada vez mais força, a massa indiferenciada de indivíduos deu lugar a grupos de consumidores com características específicas. É por isso que a chave do novo marketing inteligente radica na informação e na acumulação de dados sobre as características do consumidor. Mediante uma selecção de perfis informativos, as bases de dados excluem grupos considerados de risco e incluem os perfis informativos cujas características se aproximam do público de potenciais consumidores. Deste modo, o *ciberespaço* funciona como um mundo paralelo onde todos nós temos um perfil invisível face ao mundo real e que constitui uma espécie de réplica em relação àquilo que, efectivamente, somos. Um perfil que se torna visível através do olhar permitido pela janela electrónica. A vigilância possibilitada pelo advento das novas tecnologias torna, com efeito, os indivíduos visíveis de uma forma que Bentham não poderia conceber. O inspector da torre central foi, progressivamente, substituído por uma multiplicidade de inspectores, num um processo de vigilância que agora é descentralizada e consensual.

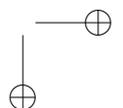
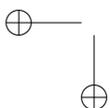
Cada vez que fazemos uma compra ou uma transacção financeira, cada vez que adquirimos acções, em algum lugar (e o registo destas actividades é cada vez mais completo) ficamos brevemente iluminados pelo agora ubíquo e descentralizado panóptico. Esta transparência momentânea, junto a todos os outros momentos em que somos registados mediante um processamento electrónico de dados, configura um modelo unificado. Já se sabe que as novas tecnologias acabaram com muitos postos de trabalho; o que não se sabe é que o primeiro desempregado desta nova era é o inspector/Big Brother. (...) A força deste novo panóptico reside na participação voluntária das pessoas graças aos benefícios e vantagens que oferece, sendo que as pessoas são menos propensas a perceber os inconvenientes e as ameaças (Whitaker, 1999, p. 173).

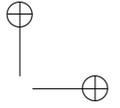
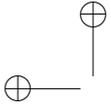
Os cartões de crédito e/ou débito, por exemplo, oferecem um elevado grau de comodidade nas transacções financeiras, mas não é menos verdade que a banda magnética permite saber o que compramos, onde o fazemos, onde estivemos e, em alguns casos, para onde vamos. O funcionamento dos sistemas de multibanco permite identificar preferências pessoais e movimentos físicos e adicionar esses dados ao perfil do consumidor. A empresa americana AT&T, gigante de telecomunicações, foi responsável pela criação de um cartão que





combina as funções de cartão de crédito, cartão de identificação bancário e cartão telefónico. Em Portugal, a *cardmobili* trata-se de um serviço que permite armazenar no telemóvel os cartões de fidelização inerentes ao consumo. Basta que o consumidor se registe no site da empresa, com um endereço de *e-mail* válido, e instale a aplicação no telemóvel. A partir daí, os quase 200 cartões que actualmente estão disponíveis para download são transferidos para o telemóvel e podem ser mostrados nas respectivas lojas. Esta desmaterialização dos cartões é, de facto, cómoda para o cliente mas não deve perder-se de vista que abre espaço para a combinação de dados que antes estavam dispersos. O consumo compensa a participação consentida no novo panóptico electrónico. Como sublinha Whitaker: «actualmente, quando a vigilância panóptica interpela o sujeito, fá-lo mediante a compreensão das suas necessidades e a satisfação dos seus desejos» (Whitaker, 1999, p. 177). Se o *Panóptico* de Bentham permitia o isolamento dos sujeitos mediante uma construção arquitectónica hierárquica e centralizada, a tecnologia ao serviço do marketing inteligente orienta-se para a diferenciação do consumidor, individualizando os seus gostos e necessidades. Como vemos, neste ponto a semelhança é estrutural. Ora, apesar de grande parte da vigilância ser, de facto, comercial, as questões anteriormente referidas não dispensam uma análise sociológica, ontológica e política de uma dimensão particular da vida social que tem sido acelerada pelo desenvolvimento das tecnologias de informação. Recentemente, a evolução de sistemas operativos como o caso dos *smartphones* relançou a discussão sobre as questões da privacidade. Aplicações como as redes sociais, sobretudo o *facebook* ou o *twitter*, ou as aplicações baseadas na localização dos equipamentos, caso do *foursquare* por exemplo, fazem parte de um conjunto de dispositivos de identificação que contribuem para uma maior exposição e visibilidade do sujeito. Se, como temos vindo a referir, a vigilância tem uma dimensão institucional enquanto elemento gerador de poder, talvez seja interessante analisar não só as potencialidades da nova esfera pública, mais abrangente, mas também as implicações de tal abrangência, implicações que têm que ver com uma certa contracção do espaço privado. Como não pode haver transformações na esfera pública que não sejam, concomitantemente, transformações no âmbito privado, a distinção entre vida pública e vida privada dissolve-se à medida que os Estados e as corporações recolhem dados pessoais, ignorando antigos limites. Com efeito, enquanto participamos e beneficiamos dos processos da actual comunicação em Rede, a privacidade

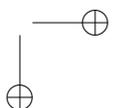
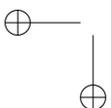




perde-se perante cookies e estratégias de recuperação de dados pessoais. A lógica é, de facto, ondulatória, mas não devemos esquecer que a serpente morde a cauda. Quem deve vigiar aqueles que, actualmente, nos vigiam? À vossa «vigilância» me remeto.

## Bibliografia

- BLANCO, Víctor Sampedro, *Opinión Pública y Democracia Deliberativa; medios, sondeos y urnas*, Istmo, Madrid, 2000.
- CASTELLS, Manuel, (2009), *Comunicación y Poder*, Alianza Editorial, Madrid. [Ed. ing.: *Communication Power*, Oxford University Press, New York, 2009.]
- DELEUZE, Gilles, “Post-scriptum sobre as sociedades de controlo”, in *Conversações*, Fim de Século Edições, Colecção Entre Vistas, S.L. 2003.
- FOUCAULT, Michel, *Vigilar y Castigar; Nacimiento de la prisión*, Siglo XXI Editores, Madrid, 2009.
- HABERMAS, Jürgen, *Teoría de la Acción Comunicativa: complementos y estudios previos*, trad. M. Jiménez Redondo, Madrid, Catedra, 1989.
- KANT, Immanuel, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Edições 70, Lisboa, 1995.
- LYON, David, (1995), *El ojo electrónico; El auge de la sociedad de la vigilancia*, Alianza Editorial, Madrid. [Ed. Ing.: *The Electronic Eye: the rise of surveillance society*, University of Minnesota Press, Minneapolis, 1994.]
- MADSEN, Wayne, «Crypto AG: the NSA’S Trojan Horse?», *Covert Action Quarterly*, 1998.
- MCQUAIL, Dennis, *Teoria da Comunicação de Massas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.
- MATTELART, Armand, *Un Mundo Vigilado*, Barcelona, Paidós, 2009.
- O’HARA, Kieron, SHADBOLT, Nigel, *O Espião na máquina do café*, Plátano Editora, Lisboa, 2009.
- ORWELL, George, *1984*, Antígona, Lisboa, 2007.



- PRIOR, Hélder, «O Segredo e o problema da Esfera Pública: como o *krathos* dos partidos fomenta os segredos do poder», in *Caleidoscópio, Revista de Comunicação e Cultura, Dimensões do Acontecimento, Configuração, mediação, tempo e experiência*, Edições Universitárias Lusófonas, 2011.
- ROSAS, João Cardoso (org), *Manual de Filosofia Política*, Almedina, Coimbra, 2008.
- SANTOS, João de Almeida, *Paradoxos da Democracia*, Fenda, S.L, 1998.
- TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, Editora Universidade de Brasília, 1987.
- WHITAKER, Reginald, (1999), *El fin de la privacidad; como la vigilancia total se está convirtiendo en realidad*, Paidós, Barcelona. [Ed. Ing.: *The End of Privacy, How Total Surveillance is Becoming a Reality*, New York, New Press, 1999.]